



EDITAL LICITATÓRIO
CARTA CONVITE Nº. 038/2011

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha - RS, através do seu Departamento de Compras e Licitações, pela presente, convida Vossa Senhoria a participar da Licitação em epígrafe, cujo processo e julgamento serão realizados em conformidade com os preceitos da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações posteriores, sob as condições descritas no respectivo Edital Licitação.

DATA DE ABERTURA: 21/12/2011.

HORÁRIO: 14:00 HORAS, onde deverá ocorrer a entrega dos envelopes nº. 01 Habilitação e nº. 02 Propostas de Preços, à Comissão Permanente de Licitações.

LOCAL: na SALA DE REUNIÕES DESTA PREFEITURA MUNICIPAL, sito, na Av. Borges de Medeiros, nº. 456, em Santo Antônio da Patrulha – RS – CEP 95.500-000.

REQUISITANTE: Secretaria Municipal das Finanças.

DESTINO: Prestação de serviços de envio de notas de expediente, publicadas na Imprensa Oficial, referente aos processos que envolvem esta Prefeitura Municipal e suas entidades.

CONSTITUE ANEXO DESTE EDITAL: Minuta do contato

1 - OBJETO:

O objeto da presente licitação, consiste na prestação de serviços de envio de notas de expediente, publicadas na Imprensa Oficial, referente aos processos que envolvem esta Prefeitura Municipal e suas entidades com as seguintes atribuições;

- a) - Notas de expediente oriundas do Tribunal de Justiça do Estado, Foro Central de Porto Alegre, Foros Regionais de Porto Alegre e Justiça Federal de Primeira Instância, em nome de:
- a.1) Fundação Educacional Agrícola de Santo Antônio da Patrulha – FEASA.
 - a.2) Prefeito de Santo Antônio da Patrulha.
 - a.3) Fundação do Hospital Municipal de Santo Antônio da Patrulha.
 - a.4) Açúcar Gaúcho S/A – AGASA.
 - a.5) Hospital Municipal de Santo Antônio da Patrulha.
 - a.6) Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.
 - a.7) Município de Santo Antônio da Patrulha.
 - a.8) Fundação Museu Antropológico Caldas Júnior.



b) - Notas de expediente oriundas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Foro das Comarcas do Interior do Estado e Editais de Intimação e Notificações do Tribunal de Contas do Estado, em nome de:

- b.1) Fundação Educacional Agrícola de Santo Antônio da Patrulha – FEASA.
- b.2) Prefeito de Santo Antônio da Patrulha.
- b.3) Açúcar Gaúcho S/A – AGASA.
- b.4) Hospital Municipal de Santo Antônio da Patrulha.
- b.5) Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.
- b.6) Município de Santo Antônio da Patrulha.
- b.7) Fundação Museu Antropológico Caldas Júnior.

Observação: As Notas de Expediente deverão ser remetidas para a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, via correio, para o endereço: Av. Borges de Medeiros, nº 456, Bairro Cidade Alta, CEP. 95500-000, Santo Antonio da Patrulha – RS, ou via e-mail, para o endereço: Procuradoria@pmsap.com.br, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da publicação.

2 - FORMA DE PAGAMENTO:

2.1 - O PAGAMENTO será efetuado mensalmente até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços mediante apresentação dos respectivos documentos de cobrança em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, nos quais, deve constar o objeto licitado, bem como, o nº. da Carta Convite e o nº. do empenho Prévio.

2.2- Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a CONTRATANTE, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

3– DO CONTRATO

3.1 - O contrato a ser firmado entre as partes **terá vigência de 12 (doze) meses**, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais períodos, a critério da CONTRATANTE.

3.2 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento, com base nos artigos 77 a 80 da Lei nº.8.666/93.

3.3 - A LICITANTE VENCEDORA ao ser convocada para assinatura do contrato, deverá apresentar-se, no prazo máximo de 03(três) dias úteis.

3.4 – A CONTRATADA, deverá, obrigatoriamente, ter pleno conhecimento das especificações do objeto, e reconhecer ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.



3.5 – O objeto desta licitação será fiscalizado pela servidora Dalva Assis, onde serão considerados todos os requisitos pré-estabelecidos neste edital, bem como, a proposta apresentada pelo licitante vencedor. Os serviços estarão sujeitos a rejeição, caso não atendam as especificações exigidas, caso este, em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá refazê-los sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

3.6 - Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.7 - O valor contratado será reajustado, após 01(um) ano da vigência, pelo índice acumulado da variação do IGP-M/FGV.

4 FASE DE HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº. 01

4.1 - Os proponentes deverão apresentar para a Fase de Habilitação, em original ou por processo de cópia xerográfica já devidamente autenticados em cartório competente, ou por servidor desta Municipalidade os seguintes documentos:

- a) Ato constitutivo, estatuto em vigor ou **CONTRATO SOCIAL**, e, a última alteração (se houver) da empresa, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Certidão conjunta de débitos relativos a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do proponente;
- d) Certidão de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal (**FGTS**);
- e) Certidão Negativa de Débito – CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (**INSS**);
- f) **Certidão negativa de falência**, recuperação judicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- g) **Declaração** de atendimento à norma do inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;
- h) **Comprovação da Autorização de localização/funcionamento da empresa participante da licitação (Alvará)**, do Município de sua sede.

4.2- O representante da empresa proponente, deverá para poder assinar, intervir, desistir de prazos e, ou recorrer em nome da empresa, possuir documento credenciando-o para a licitação, com firma reconhecida, exceto se o mesmo for sócio da empresa, caso em que bastará documento de identificação.



4.3- Os documentos supra citados deverão estar em plena validade, e quando não tiverem sua validade expressa, deverão ser emitidos no máximo, com 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista para abertura das propostas.

4.4- Se a empresa proponente, necessitar de autenticações por servidor da Prefeitura, deverá encaminhar-se ao Departamento de Compras e Licitações, em horário normal de expediente, até 01 (uma) horas, que anteceder a da abertura da Licitação, ultrapassado este prazo, não mais serão concedidas autenticações.

4.5- A documentação acima exigida poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do art. 32 da Lei 8.666/93, pelo Certificado de Registro Cadastral do Município de Santo Antônio da Patrulha – CRC – com validade plena, sendo necessária a apresentação em anexo a este, de possíveis documentos vencidos.

4.6- A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados no item 5 deste edital, DEVERÁ apresentar no envelope nº.01/habilitação, DOCUMENTO EMITIDO PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO, comprovando que a mesma se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (ou, ainda, no caso de cooperativa, de que satisfaz as exigências do art. 34 da Lei 11.488/07).

4.6.1- O documento solicitado no item 4.6 deverá ser referente ao último Balanço Patrimonial registrado.

4.6.1.1 – A empresa que deixar de apresentar a comprovação exigida no item 4.6 receberá o mesmo tratamento dispensado às demais empresas beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa, sendo entendida a sua OMISSÃO, como renúncia a qualquer privilégio.

5- DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS:

5.1- Se a participante do certame for empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02(dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



5.2- Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas sejam iguais ou até 10%(dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

5.3- Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/06, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

e) O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

6- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

FUNÇÃO: 04 - ADMINISTRAÇÃO

SUB-FUNÇÃO: 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: 0002 - Gestão dos Serviços Públicos

PROJETO: 2019 - Manutenção da Procuradoria Geral

DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (27)

RUBRICA: 33903905000000 - SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS

7 – DAS PENALIDADES



Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá decidir pela **RESCISÃO CONTRATUAL**, independentemente das seguintes penalidades.

7.1 - Multa de 0,5% (meio por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05(cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual;

7.2- Multa de 8 % (oito por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano.

7.3- Multa de 10 % (dez por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

7.4- A Inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com Art. 87 da 8.666/93. Constitui também, motivos para a rescisão do contrato os arrolados no art. 78 da mesma Lei.

7.5- A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

7.6- Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada antes de pagar a multa.

7.7- Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou da inadimplência contratual: declaração de inidoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria administração que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo não superior a 02 (dois) anos e pagamentos de multa no valor de 10% do contrato atualizado.

7.8- Da aplicação das penas definidas nos itens 7.1, 7.2, 7.3, 7.4, e 7.7, da cláusula sétima, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

7.9- A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias.

8 - PROPOSTAS DE PREÇOS – ENVELOPE Nº. 02

8.1 – PRAZO DE VALIDADE

8.1.1- As propostas consignadas, vincularão o proponente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da abertura do certame.

8.2 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO:



8.2.1- O julgamento e classificação das propostas, **serão avaliados em função do PREÇO COTADO GLOBAL (incluindo todos os serviços)** classificando-se em primeiro lugar, a proposta formulada de acordo com as especificações descritas no edital licitatório e seus anexos, e que consignar o MENOR PREÇO. Ocorrendo empate, adotar-se-á o critério de sorteio, conforme Art. 45, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Será assegurada preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas.

8.3 – FORMA DE ELABORAÇÃO:

8.3.1 - As propostas deverão ser datilografadas ou impressas, em português, datadas e assinadas pelos representantes legais da licitante, rubricadas, isentas de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

8.3.2 - Consignar o **preço global** devendo os unitários e totais, serem expressos em algarismos, e a soma do **total geral da proposta**, em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional.

8.3.3- As proponentes deverão para a cotação de preços usar no máximo 02 duas casas após a vírgula. A empresa que não cumprir esta exigência terá sua proposta “desclassificada” pela comissão de licitações.

8.3.4- As proponentes para a cotação de preços dos referidos itens, deverão levar em consideração, **obrigatoriamente**, os modelos em anexos, fornecidos pela Prefeitura, observando: tamanho, letras, papel, cores, símbolos, timbre, brasão e etc., pois a licitante vencedora, deverá produzir cópia fiel dos mesmos, sob pena do material ser devolvido e o serviço ter que ser refeito, sem qualquer tipo de ônus à contratante.

8.3.5- Considerando tais, a proposta deve abranger preços com inclusão de todos os impostos em valores unitários e totais, já incluídos os custos de frete considerando o local de entrega previsto neste instrumento, com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas.

8.3.6- Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como preços unitários e/ou global superestimados ou inexeqüíveis.

8.3.7- Havendo dúvida sobre a exeqüibilidade de uma ou mais propostas, fixará a Comissão Prazo não inferior a 72 (setenta e duas) horas para que o licitante comprove a viabilidade de seus preços.

8.3.8 - Os documentos para a fase de HABILITAÇÃO, bem como, as PROPOSTAS DE PREÇOS, deverão ser apresentadas em envelopes distintos, contendo a seguinte indicação na parte externa (exemplo):

ENVELOPE 01
HABILITAÇÃO
NOME DA EMPRESA/FONE
CARTA CONVITE Nº 038/2011

ENVELOPE 02
PROPOSTA DE PREÇOS
NOME DA EMPRESA/FONE
CARTA CONVITE Nº 038/2011

9 – DOS RECURSOS



9.1 - Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

9.2 – Nenhum tipo de Impugnação ao edital, bem como recurso Administrativo, serão aceitos por via “fax ou e-mail”, somente será considerado válido, se for entregue em original e protocolado nesta Prefeitura Municipal, aos cuidados da comissão Permanente de licitações.

9.3 – Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos deste Edital, aquele que o tenha aceito sem objeção ou venha apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (Art. 41, parágrafo 1º. e 2º. da Lei 8.666/03).

10 - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1- Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, bem como, do contrato a ser firmado entre as partes.

10.2- A CONTRATADA, deverá, obrigatoriamente, ter pleno conhecimento do objeto deste certame, e reconhecer ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas.

10.3 – O objeto desta licitação será fiscalizado pela servidora Dalva Assis onde serão considerados todos os requisitos pré-estabelecidos neste edital, bem como, a proposta apresentada pelo licitante vencedor. Os serviços estarão sujeitos a rejeição, caso não atendam as especificações exigidas, caso este, em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá refazê-los sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

10.4 – O contratado fica obrigado a manter as condições de habilitação deste edital durante toda a execução do objeto desta licitação.

11- RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1- Fiscalizar a execução do objeto, exigidos o perfeito cumprimento.

11.2- Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido no item 2 deste edital;

11.3- Fornecer dados e informações que a contratada necessite para a execução do presente contrato;

12- DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Os proponentes para participarem deste certame, deverão estar de pleno acordo com as condições pré-estabelecidas neste edital.

12.2- As empresas proponentes, que não atenderem, ou forem divergentes com as condições estabelecidas neste Ato Convocatório, na Fase de Habilitação, ou na Fase de Julgamento das Propostas de Preços, que contiverem preços excessivos, e/ou manifestamente inexequíveis, serão declaradas INABILITADAS e ou DESCLASSIFICADAS, respectivamente, pela Comissão Permanente de Licitações.



12.3- O fornecimento do objeto será fiscalizado podendo ser rejeitado, caso não atenda as especificações estabelecidas neste edital, bem como, nos documentos anexos a este, caso em que o licitante vencedor deverá, obrigatoriamente, substituir todos os itens necessários, sem qualquer ônus à Contratante.

12.4 – Toda e qualquer retificação a este edital, bem como, os julgamentos em todas as fases desta licitação, quando um ou mais licitantes não estiverem presentes no ato, será a respectiva publicidade, efetuada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, Imprensa Oficial deste Município, que pode ser consultado através do **site: www.diariomunicipal.com.br/famurs**.

12.5 - O horário de abertura da licitação será seguido pela Comissão de Licitações, através do horário de Brasileiro, onde não será admitida a participação de retardatários.

12.6 - Os envelopes enviados via Correio ou Transportadora, deverão ser remetidos com antecedência e aos cuidados do "DEPARTAMENTO DE COMPRAS", caso contrário, não nos responsabilizaremos por envelopes que não cheguem em tempo hábil, às mãos da Comissão Permanente de Licitações.

12.7- Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha - RS.

12.8- Constitui anexo do presente edital a minuta de contrato.

13 - QUAISQUER INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS A ESTA LICITAÇÃO, SOMENTE SERÃO PRESTADOS PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA, EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE, DAS 12:30 às 18:30 horas, OU PELOS TELEFONES (51) 3662.4000 RAMAL 216 OU 3662 1269.

Santo Antônio da Patrulha - RS, 12 de dezembro de 2011.

Manoel Luiz das Neves Adam
Secretário Municipal da Administração

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º _____/2011.

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º. 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, n.º 456, representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. DAIÇON MACIEL DA SILVA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 105.119.620/53, portador da C.I n.º 6015457127, residente e domiciliado na Rua Mauricio Cardoso, n.º 083, neste Município, neste ato denominado, **CONTRATANTE** e, de outro lado, empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, n.º _____, Bairro _____, na cidade de Santo Antonio da Patrulha, por seu representante legal, Sr. _____ brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua _____ n.º _____, bairro _____, na cidade de _____, portador da C.I. n.º _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, neste ato denominada de **CONTRATADA**, em conformidade com o que dispõe o Processo Licitatório na Modalidade de **CARTA CONVITE N.º 038/2011**, a Lei n.º 10.520/2002, o Decreto Municipal n.º 565/2005 e a Lei 8.666/93 com suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto a contratação dos serviços de envio de Notas de Expediente, publicadas na Imprensa Oficial, referente aos processos que envolvem esta Prefeitura Municipal e suas entidades, da seguinte forma:

a) - Notas de expediente oriundas do Tribunal de Justiça do Estado, Foro Central de Porto Alegre, Foros Regionais de Porto Alegre e Justiça Federal de Primeira Instância, em nome de:

- a.1) Fundação Educacional Agrícola de Santo Antônio da Patrulha – FEASA.
- a.2) Prefeito de Santo Antônio da Patrulha.
- a.3) Fundação do Hospital Municipal de Santo Antônio da Patrulha.
- a.4) Açúcar Gaúcho S/A – AGASA.
- a.5) Hospital Municipal de Santo Antônio da Patrulha.
- a.6) Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.
- a.7) Município de Santo Antônio da Patrulha.
- a.8) Fundação Museu Antropológico Caldas Júnior.

b) - Notas de expediente oriundas do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, Foro das Comarcas do Interior do Estado e Editais de Intimação e Notificações do Tribunal de Contas do Estado, em nome de:

- b.1) Fundação Educacional Agrícola de Santo Antônio da Patrulha – FEASA.
- b.2) Prefeito de Santo Antônio da Patrulha.
- b.3) Açúcar Gaúcho S/A – AGASA.

- b.4) Hospital Municipal de Santo Antônio da Patrulha.
- b.5) Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.
- b.6) Município de Santo Antônio da Patrulha.
- b.7) Fundação Museu Antropológico Caldas Júnior.

CLÁUSULA SEGUNDA – As Notas de Expediente deverão ser remetidas para a Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, via Correio, para o endereço Av. Borges de Medeiros.456, Bairro Cidade Alta, CEP: 95.500-000, Santo Antonio da Patrulha, RS ou via e-mail, para o endereço Procuradoria@pmsap.com.br, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas a contar da publicação.

CLÁUSULA QUARTA – Do Pagamento: Importa o valor total contratual em R\$ _____ (_____).O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, diretamente na tesouraria da Prefeitura Municipal, após a entrega e aceitação do veículo, mediante a apresentação dos respectivos documentos de cobrança, em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual, deve estar discriminado tudo o que foi entregue, onde deverá constar ainda, na Nota Fiscal: “**CARTA CONVITE Nº. 038/2011**” e o n.º da Nota de Empenho Prévio, emitido por esta Prefeitura.

O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo **CARTA CONVITE nº 038/2011**.

Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

CLÁUSULA QUARTA - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 02 – GABINETE DO PREFEITO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 03 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
FUNÇÃO 04 - ADMINISTRAÇÃO
SUB-FUNÇÃO 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL
PROGRAMA 0002 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO EXECUTIVO
ATIVIDADE 2.019 – MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DESPESA 3.3.9.0.39. – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA (027)
RUBRICA 339039050000000 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS.

CLÁUSULA QUINTA - O presente contrato vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, a critério do **CONTRATANTE**, dentro dos limites legais.

CLÁUSULA SEXTA - É responsabilidade do **CONTRATANTE**:

6.1 - Efetuar os pagamentos conforme o determinado na Cláusula Terceira.

6.2 - Rejeitar no todo ou em parte o objeto, em desacordo com este contrato.

6.3 - Fiscalizar os serviços contratados, exigindo o perfeito cumprimento do objeto contratual, o que será feito pela servidora Dalva Assis, designada pela Procuradoria - Geral do Município.

6.4 - Fiscalizar se a **CONTRATADA** está cumprindo com os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas devidos com os seus empregados, o que será feito por servidor do Setor de Contabilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - É responsabilidade da **CONTRATADA**:

7.1 - Prestar os serviços em estrita obediência às condições estabelecidas no edital e no presente instrumento.

7.2 - Entregar as notas de expediente dentro do prazo estabelecido neste contrato.

7.3 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE**, quanto à execução dos serviços contratados.

7.4 - Manter-se durante a execução deste contrato em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 8.666/93 e suas alterações, para sua comprovação, sempre que for necessário, junto ao **CONTRATANTE**.

7.5 - Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução deste contrato.

7.6 - Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

7.7 - A **CONTRATADA** é responsável por erros e defeitos na emissão das notas de expedientes.

7.8 - Comunicar por escrito, na forma do estabelecido, neste instrumento, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade.

7.9 - Prestar informações exatas e não criar embaraços à fiscalização do **CONTRATANTE**, atendendo suas determinações.

7.10 - Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo em parte, a terceiros, sem prévia autorização da **CONTRATANTE**;

7.11 O valor contratado será reajustado, após 01 (um) ano da vigência, pelo índice acumulado da variação da IGP-M/FGV.

CLÁUSULA OITAVA - Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá decidir pela **RESCISÃO CONTRATUAL**, independentemente das seguintes penalidades.

a) Multa de 0,5% (meio por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05 (cinco) dias após a solicitação da secretaria, após será considerado inexecução contratual;

b) Multa de 8% (oito por cento) do valor atualizado do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano;

c) Multa de 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos;

d) A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis de acordo com Art. 87 da 8.666/93. Constituem, também, motivos para a rescisão do presente contrato os arrolados no art. 78 da mesma Lei;

e) A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

f) Nenhum pagamento será feito ao **CONTRATADO** que tenha sido multado antes de paga a multa;

g) Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual: declaração de inidoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) as penalidades da **CONTRATADA** serão registradas no cadastro de Fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações;

i) da aplicação das penas definidas nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, e “g”, da Cláusula nona, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação;

j) A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será dirigido ao Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - Em caso de atraso no pagamento das parcelas contratuais, o **CONTRATANTE** pagará juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA DÉCIMA - A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis. Constituem, também, motivos para a rescisão do presente contrato os arrolados no art. 78 da Lei 8.666/93. Quando a rescisão for por interesse público, o **CONTRATANTE** avisará à **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 15 dias, sem que ao mesmo caiba quaisquer indenizações, resguardado o pagamento pelos serviços prestados e fornecimentos efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório na Modalidade de **CARTA CONVITE N.º 038/2011**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Aplica-se ao presente contrato a Lei 8.666/93 e, em casos omissos, a Legislação Civil em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Santo Antônio da Patrulha, ____ de _____ de 2011.

DAIÇON MACIEL DA SILVA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

(Empresa)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF

Nome:
CPF

Responsável pela fiscalização do contrato:

Dalva Assis
CPF: